

MARIA DE FÁTIMA FREIRE DE SÁ

Doutora em Direito pela UFMG e Mestre em Direito pela PUC Minas. Professora no Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da PUC Minas.

Pesquisadora do Centro de
Estudos em Biodireito – CEBID. Advogada.

BRUNO TORQUATO DE OLIVEIRA NAVES

Doutor e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Professor nos cursos de graduação em Direito da PUC Minas e de graduação em Direito e Mestrado em

Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior
Dom Helder Câmara.

Pesquisador do Centro de Estudos em Biodireito – CEBID. Advogado.

MANUAL DE BIODIREITO

3ª Edição



Belo Horizonte
2015



Copyright © 2015 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

EDITORA DEL REY LTDA.
www.livrariadelrey.com.br

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Editora Assistente: Wanessa Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Diagramação: Dilex Editoração Ltda.

Revisão: RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

Capa: CYB Comunicação

Editora / MG

Rua dos Goitacazes, 71 - Sala 709-C - Centro
Belo Horizonte - MG - CEP 30190-050
Tel. (31) 3284-5845
editoria@delreyltda.com

Conselho Editorial:

Alice de Souza Buchal
Antônio Augusto Cançado Trindade
Antônio Augusto Junho Anastasia
Antônio Pereira Guio Júnior
Araldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Celso de Magalhães Pinto
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Felipe Martins
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilhéz Guenero
José Antônio Leite Sampaio
José Carlos Penna Amador Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Maranhão Dezi
Plínio Salgado
Rénan Klum Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira
Sergio Tellis Santiago

Sá, Maria de Fátima Freire de
S111 Manual de Biodireito. Maria de Fátima Freire de Sá. Bruno
Torquato de Oliveira Nunes (autores). - Belo Horizonte: Del Rey, 3. ed., 2015.
376 p.
ISBN 978-85-384-0399-9
1. Biodireito. I. Título.

CDD: 344.04197
CDU: 340.61

SUMÁRIO

Nota dos Autores à Terceira Edição	xvii
Nota dos Autores à Segunda Edição	xix
Nota dos Autores à Primeira Edição	xxi

1 DA BIOÉTICA AO BIODIREITO	1
1. Introdução	1
2. Histórico da Bioética	4
3. Da Zetética à Dogmática Jurídica	8
4. Dogmática Jurídica e Justiça	13
5. Um Último Confronto: Biodireito e Bioética	15
6. O Biodireito como Microssistema Jurídico	16

2 PRINCÍPIOS E INTERPRETAÇÃO NA BIOÉTICA E NO BIODIREITO	23
1. Introdução	23
2. A Tensão entre Axiologia e Normatividade no Direito, no Biodireito e na Bioética	25
3. Princípios da Bioética: Beneficência, Não Maleficência, Autonomia, Justiça e Responsabilidade	35
4. Princípios do Biodireito: Precaução, Autonomia Privada, Responsabilidade e Dignidade	39
5. A Teoria Discursiva Aplicada ao Biodireito	43

3 DIREITOS DA PERSONALIDADE E PERSONALIDADE DO NASCITURO	53
1. Introdução e Conceitos Iniciais.....	53
2. Considerações Históricas.....	56
3. A Dignidade da Pessoa Humana e a Constituição Federal de 1988.....	61
4. A Teoria Geral dos Direitos da Personalidade e a Teoria do Direito Geral de Personalidade	62
5. Características dos Direitos da Personalidade	66
6. O Problema do Nascituro: Personalidade e Ontologia	69
6.1 A personalidade jurídica e a personalidade do nascituro na fundamentação clássica	70
6.2 A personalidade como centro de imputação normativa	74
6.3 Considerações finais sobre o nascituro.....	80
7. Sobrevida dos Direitos da Personalidade: A Questão do Morto	81
7.1 Direitos da personalidade após a morte e sua fundamentação clássica.....	83
7.2 A desnecessidade do sujeito nas situações jurídicas.....	85

4 ABORTO E ANENCEFALIA	87
1. Aborto: Conceito e Síntese Histórica	87
2. Classificação e Legislação Brasileira Atual.....	90
3. Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54 – Anencefalia	92
4. Resolução CFM n. 1.989/2012 e Anencefalia.....	98
5. Slippery Slope: Extensão dos Efeitos da Decisão da ADPF 54 para outras Síndromes	98

5 RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE E RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO	101
1. Relação Médico-Paciente: Ontem e Hoje	101

2. Autonomia Privada e Consentimento Informado	105
2.1 PSDA – <i>patient self-determination act</i>	106
2.2 Requisitos de validade da autonomia privada	108
2.3 Direitos e deveres	110
2.4 A confidencialidade na relação médico-paciente	114
3. Aspectos Gerais da Responsabilidade Civil Médica	115
3.1 Conceito e pressupostos da responsabilidade civil	115
3.2 Responsabilidade contratual e extracontratual.....	117
3.3 Obrigação de meio e obrigação de resultado.....	118
4. Responsabilidade Civil dos Hospitais e Similares	123
5. Responsabilidade Médica e Objeção de Consciência a Tratamento Médico.....	126
5.1 Objeção de consciência de pessoas capazes.....	127
5.2 Objeção de consciência de incapazes.....	131
6. Considerações Finais.....	133

6 REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA137

1. Introdução	138
2. O Panorama Legislativo Brasileiro.....	140
2.1 O Código Civil de 1916 e o Código Civil de 2002.....	140
2.2 Projetos de Lei do Senado n. 90, de 1999 e n. 1184, de 2003.....	144
2.2.1 Projeto Original.....	144
2.2.2 Substitutivo ao Projeto.....	148
2.2.3 Projeto de Lei n. 1.184/2003	149
2.3 Resolução n. 2.013/2013, do CFM.....	151
2.3.1 Limitação de Idade da Gestante.....	153
2.3.2 Sigilo do Doador de Gametas.....	153
2.3.3 Doação Compartilhada de Oócitos	156
2.3.4 Descarte de Embriões.....	159
2.3.5 Doação Temporária de Útero.....	161

2.3.6 Reprodução Assistida <i>Post Mortem</i>	162
2.3.7 Notas conclusivas sobre a Resolução CFM n. 2.013/2013 ..	163
3. Estudo de Caso: Reconstrução Judicial da Vontade e Utilização de Sêmen Após a Morte	164
4. O Embrião é Pessoa em Sentido Jurídico?	167
5. Monoparentalidade.....	168
5.1 A Desconstrução e a Reconstrução de Paradigmas.....	170
5.2 Monoparentalidade e os Projetos de Lei n. 90/99 e n. 1.184/2003.....	173
5.3 Liberdade e Responsabilidade	178

7

CÉLULAS-TRONCO E ASPECTOS GERAIS DA LEI

DE BIOSSEGURANÇA.....	183
1. Introdução	183
2. “Mitologias Jurídicas da Modernidade”	185
3. Aspectos Gerais da Lei de Biossegurança.....	187
3.1 A questão da inconstitucionalidade do artigo 5º: medicalização do Direito?	188
3.2 Experimentação com células-tronco embrionárias.....	190
4. Uma Análise do Artigo 5º da Lei de Biossegurança e os Primeiros Votos na ADI n. 3.510.....	193
4.1 As vozes dos demais ministros na ADI n. 3.510	195
5. A Problemática da Fertilização <i>In Vitro</i> no Brasil e a “Inconstitucionalidade Parcial” do Artigo 5º da Lei n. 11.105/2005.....	203
6. Da Responsabilidade Penal	206
7. Considerações Finais.....	208

8

ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS.....

1. Organismos Geneticamente Modificados.....	211
2. A Lei de Biossegurança e a CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.....	213

3. Diversidade Biológica e OGM.....	214
4. Processo de Aprovação de um OGM no Brasil.....	219
5. Biossegurança, Princípio da Transparência e Rotulagem de Alimentos Geneticamente Modificados	222
6. Responsabilidade na Liberação de Pesquisas e Comércio de OGM e seus Derivados	225

9 DADOS GENÉTICOS HUMANOS	231
1. Introdução	232
2. Projeto Genoma Humano.....	234
3. Legislação sobre Dados Genéticos Humanos.....	238
3.1 Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos	239
3.2 Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos	241
4. Dados Genéticos Humanos e Direitos da Personalidade	242
5. Identidade Genética	245
6. Intimidade Genética	247
7. Direito a Não-Discriminação Genética.....	254
8. Considerações Finais.....	259

10 INVESTIGAÇÃO E MANIPULAÇÃO GENÉTICAS	263
1. Introdução	265
2. Investigação, Manipulação e Diagnóstico Genéticos	268
3. Investigação Genética e Liberdade de Pesquisa.....	273
4. Diagnóstico Genético Embrionário: Casos de <i>Wrongful Birth</i> e <i>Wrongful Life</i>	276
5. Responsabilidade Civil nos Casos de <i>Wrongful Birth</i> e <i>Wrongful Life</i>	282
6. Terapia Gênica	285

11	CLONAGEM HUMANA.....	291
1.	Introdução	291
2.	Panorama Jurídico da Clonagem no Brasil	292
3.	Clonagem Reprodutiva	293
4.	Clonagem Terapêutica e Manipulação de Células-Tronco	297
5.	Considerações Finais	301

12	PATENTEAMENTO DE MATERIAL GENÉTICO E DE ORGANISMOS VIVOS.....	303
1.	Introdução	303
2.	Patentes Biotecnológicas	304
3.	O Caso da Linha Celular dos Hagahai	313

13	TRANSEXUALIDADE	315
1.	A “Independência” do Homem	315
2.	Da Noção de Transexualidade	317
3.	Da Possibilidade Jurídica da Cirurgia e seus Reflexos no Direito	321
3.1	Registro civil	326
3.2	Casamento	329
3.3	Filiação	330
4.	Decisões Judiciais no Brasil.....	332
4.1	Alteração de nome e de gênero sem a cirurgia de mudança de sexo.....	339
5.	As Resoluções do Conselho Federal de Medicina	341
6.	Projetos de Lei	343
6.1	O Projeto de Lei n. 70 de 1995.....	343
6.2	O Projeto de Lei n. 658 de 2011.....	344
7.	Considerações Finais	346

14	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS	349
1.	As Lendas.....	349
2.	Breves Relatos Históricos	352
3.	Lei n. 9.434, de 4 de Fevereiro de 1997.....	353
3.1	Disposições gerais	354
3.2	Da disposição <i>post mortem</i> de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para fins de transplante	355
3.2.1	Morte encefálica.....	356
3.3	Outras considerações.....	358
3.4	Disposição de tecidos, órgãos e partes do corpo humano vivo para fins de transplante ou tratamento.....	362
3.5	Disposições complementares	367
3.6	Sanções penais e administrativas – Disposições finais	371

15	EUTANÁSIA E SUICÍDIO ASSISTIDO	373
1.	Introdução	373
2.	Eutanásia, Distanásia, Mistánasia e Suicídio Assistido.....	375
2.1	Holanda.....	379
2.2	As Regras do Código Penal Brasileiro	388
2.3	Ortotanásia no Brasil: a Resolução CFM n. 1.805/2006	395
2.4	A Resolução CFM n. 1.931/2009 – Código de Ética Médica.....	396
3.	O Caso Terri Schiavo	397
4.	Diretivas Antecipadas: A Solução?.....	400

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	403
---	------------